

Empresário é preso por aterrar o Lago Paranoá

■ Pedro Passos Jr. paga fiança para sair e alega que obra era autorizada

LUÍS OSVALDO GROSSMANN

A Delegacia Especial do Meio Ambiente prendeu ontem, em sua casa no Lago Norte, o empresário Pedro Passos Jr. Ele é acusado de crime ambiental, por ter realizado um aterro no Lago Paranoá, além de construir dois muros de contenção que também invadem o lago.

Pedro Passos Jr. foi levado à delegacia, onde prestou depoimento, e liberado no final da tarde, após o pagamento de fiança. Ele se defendeu dizendo que apenas prestou alguns esclarecimentos à polícia e alegando possuir uma autorização para realizar as obras.

A prisão do empresário foi

realizada durante uma fiscalização da Polícia Civil na área, a pedido da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente - Prodem, do Ministério Público do Distrito Federal. "Ainda não sabemos a real extensão dos danos causados ao meio ambiente, mas o aterramento compromete o Lago Paranoá", afirmou a promotora Juliana Santilli. O resultado de uma perícia realizada no local deve ficar pronto até a próxima semana.

Para a promotora, ao construir o aterro, Pedro Passos Jr. violou a Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago Paranoá. Por causar dano direto ou indireto à área de conservação, caso previsto na Lei 9.605/98,

que trata de crimes ambientais, ele pode ser condenado de um a cinco anos de prisão.

Pedro Passos Jr. ficou conhecido em Brasília ao ser apontado, pela CPI da Grilagem, realizada em 1995 pela Câmara Legislativa, como um dos maiores grileiros do Distrito Federal. Ele é amigo pessoal e sócio do governador Joaquim Roriz na criação de cavalos mangalarga. O governador também foi avalista de um empréstimo de R\$ 1 milhão para Pedro Passos Jr.

A proximidade acabou criando problemas para Roriz. Com outros membros do GDF, que atualmente integram a Secretaria de Assuntos Fundiá-

rios, o governador é acusado de favorecer o amigo em uma negociação de terras entre a Terracap (a companhia imobiliária do DF) e um dos condomínios irregulares do qual Passos é apontado como responsável, o RK. Pelo acordo, realizado no governo anterior de Roriz, a Terracap cedeu 72 alqueires de terras públicas, o que representa mais de 300 hectares, para o condomínio. Outro processo, com base em requerimento de deputados de oposição, está na Procuradoria Geral da República e acusa Roriz, Pedro e seus irmãos (Márcio, Eustáchio e Alaor) de envolvimento no parcelamento irregular de terras no DF.